



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO

APOIO



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NA MÍDIA: ANÁLISE DE MANUAIS DE JORNALISMO HUMANIZADO EM RELAÇÃO A DADOS DO GMMP 2025

Maria Eduarda da Silva Lima; maria.silva23456@discente.ufg.br
Luciane Fassarella Agnez, lucianeagnez@ufg.br (orientadora)¹

RESUMO

Este trabalho analisa como manuais e guias de jornalismo produzidos pelo Think Olga e pelo Instituto Patrícia Galvão propõem reorganizar a cobertura midiática de violência de gênero, em diálogo com os dados do Global Media Monitoring Project 2025. A pesquisa, baseada na análise de conteúdo, examina materiais selecionados das duas organizações, identificando categorias temáticas relacionadas ao uso de nomenclaturas, protagonismo narrativo, linguagem, imagens e enquadramentos. O estudo se propõe a identificar como esse material contribui para uma representação feminina mais ética e humanizada na mídia.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero. Representação feminina. Violência de gênero. Mídia.

¹ Doutora em Comunicação. Docente do PPGCOM/UFG.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO

APOIO



1. INTRODUÇÃO

Desde 1995, o *Global Media Monitoring Project* (GMMP) avalia, a cada cinco anos, indicadores de gênero na mídia jornalística mundial em mais de 100 países, através de tópicos relacionados à presença de estereótipos de gênero e à prevalência de profissionais e fontes privilegiadas na construção de materiais jornalísticos.

O GMMP é considerado a maior iniciativa de defesa da mudança de representação das mulheres nos meios de comunicação social do mundo, configurando-se como a mais extensa e duradoura pesquisa sobre gênero e mídia, realizada por organizações da sociedade civil ligadas a mulheres, grupos feministas, projetos acadêmicos, associações e sindicatos.

Em novembro de 2025, foi publicada a sétima edição do relatório, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Os dados revelam que a representação das meninas e mulheres em notícias, sejam como fontes ou profissionais, mantém-se estagnada.

Entre os dados mais relevantes obtidos através do levantamento, destaca-se que apenas 26% das notícias veiculadas globalmente possuem meninas e mulheres como fontes ou personagens (GMMP, 2025). Os resultados obtidos ao longo dos anos, desde 1995, demonstram que, após um período de progresso lento e constante, a representação de meninas e mulheres na mídia está estagnada desde 2010, com avanços irrisórios durante 15 anos.

O último levantamento também evidenciou aspectos relevantes acerca da prevalência de mulheres como provedoras de opinião popular e entrevistadas que prestam depoimentos oculares, em contraponto à insuficiência de especialistas e profissionais mulheres como fontes de *expertise*.

Em relação aos resultados nacionais (GMMP, 2026), o monitoramento constatou uma diminuição da participação feminina em todas as funções elencadas



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO

APOIO



nas notícias. As mulheres são frequentemente associadas a assuntos relacionados à cultura, ao entretenimento e à vida privada, representando em média 23% das fontes em jornais, rádios e televisão. Na mídia digital, o percentual cai para 19%.

Nesse contexto, é possível pensar a representação de meninas e mulheres a partir do processo de significação concebido por Stuart Hall (2016), no qual, se a linguagem atribui sentido, os significados são partilhados apenas através do acesso comum à linguagem, que funciona como sistema de representação. Assim, a representação da linguagem é central para os processos pelos quais é produzido o significado.

Considerando que o jornalismo é, sobretudo, uma construção de narrativa apoiada pela linguagem, é, portanto, responsável também pela construção de significados partilhados socialmente, inclusive o de meninas e mulheres.

Enquanto instituição social, o jornalismo desempenha um papel importante na consolidação da democracia, atuando na construção ou desmantelamento de desigualdades estruturais. Para Habermas (1984), a imprensa deve se configurar como uma esfera pública, permitindo a multiplicidade de vozes e contribuindo para ampliar a justiça social através de diferentes perspectivas representadas na mídia.

As mudanças no ambiente midiático, impulsionadas pela globalização da comunicação e pelo avanço das tecnologias digitais, ampliaram as possibilidades de participação pública na produção e circulação de informações. Nesse contexto, a sociedade civil passa a desempenhar um papel relevante na definição de agendas, na vigilância das práticas profissionais e na pressão por maior responsabilidade social da imprensa. Apesar dessas transformações, Waisbord (2009) sustenta que a influência da sociedade civil não substitui as estruturas institucionais do jornalismo, mas atua como um fator que tensiona e reconfigura normas, valores e práticas profissionais. Assim, o jornalismo contemporâneo deve ser compreendido como um campo em constante negociação entre interesses institucionais, profissionais e sociais.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



Os dados obtidos pelos levantamentos do GMMP, entretanto, demonstram que a mídia jornalística global não viabiliza essa diversidade de narrativas e restringe-se a representações arreigadas a estereótipos de gênero. Além disso, contribui, através do uso da linguagem, para a perpetuação de papéis sociais de gênero defasados e violências simbólicas.

Nesse sentido, a fim de contribuir com uma representação mais justa e digna de mulheres e meninas na mídia jornalística, coletivos feministas, laboratórios de pesquisa em comunicação e docentes da área elaboram “manuais” ou “guias” para jornalistas e comunicadores, apontando orientações em relação ao usos de termos e imagens que corroboram para a culpabilização de vítimas de violência de gênero, representações fundadas em estereótipos e outras questões de gênero.

O presente trabalho se propõe a analisar como manuais e guias de jornalismo e comunicação, produzidos pelo laboratório independente Think Olga e pelo Instituto Patrícia Galvão, propõem reorganizar a cobertura midiática de violência de gênero, mantendo o diálogo com os dados globais sobre a representação feminina na mídia. Para isso, foram selecionados manuais e guias com temáticas voltadas às questões de representação de gênero de organizações relevantes para o debate.

O laboratório Think Olga foi fundado em 2013 e se constitui como uma organização de impacto social, criando campanhas, estudos e pesquisas que fomentem políticas públicas e o debate público. Já o Instituto Patrícia Galvão é uma organização de 2001, sem fins lucrativos, que atua na visibilidade dos direitos das mulheres e no debate público sobre essas questões na mídia. Ambas as organizações possuem anos de contribuição para a discussão e o debate público, consolidando-as como fontes apropriadas para análise de materiais.

Para analisar os materiais, foi adotada a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016). Em primeira instância, foi realizada uma leitura flutuante dos guias e materiais selecionados, a fim de se debruçar pela primeira vez sobre o material



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



através da leitura. Este contato permitiu a seleção de conteúdo relevante para o desenvolvimento do estudo, a partir da identificação de semelhanças e diferenças relevantes entre os manuais e guias.

A partir disso, os textos foram sistematizados a partir da categorização temática, identificando os principais núcleos de sentido que permeiam o levantamento documental. As categorias utilizadas emergiram durante o contato com os manuais, não sendo pré-definidas. Por fim, o material foi submetido à uma análise crítica a partir do diálogo de outros materiais complementares.

3. ANÁLISE DOS DADOS

A fim de facilitar o processo de análise e categorização, foram selecionados manuais estratégicos de cada instituição, voltados para questões específicas de representação de gênero. Como ambas possuem uma ampla gama de manuais e guias, o critério para seleção utilizado priorizou temáticas de maior relevância, que continuam sendo perpetradas no discurso jornalístico há anos.

3.1. Think Olga

O Think Olga é um laboratório independente de impacto social que atua na interface entre ativismo digital, pesquisa e formação, com o objetivo de fomentar o debate público e incidir sobre políticas públicas. A abordagem do laboratório caracteriza-se pela combinação de dados, análises críticas e exemplos práticos, propondo caminhos concretos para a desconstrução de estereótipos e a promoção de uma comunicação mais ética e humanizada.

O projeto de Minimanual de Jornalismo Humanizado (2016) é uma iniciativa do Think Olga que reúne dicas para jornalistas e veículos de comunicação que, de



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



acordo a descrição do próprio site, desejam “limpar sua comunicação de preconceitos”, por meio de dicas simples e diretas, e tornando a leitura de notícias uma “experiência agradável e respeitosa para pessoas tão diversas quanto a humanidade pode ser”.

O instituto produziu uma série de minimanuais sobre os mais diversos temas, como violência contra a mulher, pessoas com deficiência, racismo, estereótipos nocivos, entre outros, dos quais selecionamos três. Reconhecemos que outros manuais não selecionados, como o de estereótipos nocivos e racismo, podem oferecer mais material de análise relevantes, entretanto, após uma breve leitura dos levantamentos, foi possível perceber que muitas informações e dicas se repetem nos manuais, a fim de garantir uma completude para cada um. Dessa forma, consideramos satisfatória a escolha dos manuais analisados.

3.1.1. Minimanual do Jornalismo Humanizado - Violência contra a Mulher

Produzido em 2016, o manual apresenta, logo em sua apresentação, o papel dos veículos de comunicação na cultura do país, e ressalta a importância de um jornalismo livre de preconceitos, pretendendo oferecer aos profissionais de comunicação ferramentas básicas para que não colaborem com a perpetuação de discursos de ódio.

Em seguida, trata sobre a abordagem de estupro pela mídia, com uma breve contextualização da definição do crime conforme a lei e uma apresentação geral da problemática.

As principais dicas e informações para abordagens humanizadas de estupro, violência doméstica e feminicídio foram sintetizadas na tabela a seguir:

Quadro 1. Minimanual de Jornalismo Humanizado - Violência contra a mulher



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

APOIO



Categorias	Recomendações	Práticas criticadas
Nomenclaturas	Utilizar os termos “estupro” e “feminicídio”, em vez de termos que atenuem o crime.	Minimização de atos através de frases como “obrigou a fazer sexo”, “ter relações sexuais”.
Protagonismo narrativo	Abordagem humanizada e centrada na vítima	Não desmerecer ou julgar as vítimas pelo seu comportamento após o crime.
Linguagem e eufemismos	Não romantizar a violência	Tratamento de relacionamentos abusivos como amor intenso. Exemplifica com manchetes com “amor que machuca”, “traiu por ciúmes”.

Fonte: dados da pesquisa

O manual ainda apresenta alguns exemplos de boas práticas de escrita, como especificar, se necessário, o tipo de estupro cometido, como “estupro oral”, “estupro anal”, a fim de substituir termos como “sexo oral” ou “relações amorosas”. Além disso, orienta a divulgação de informações em apoio às vítimas, com indicações sobre a Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio e a Central de Atendimento à Mulher, através do número 180.

3.1.2. Minimanual do Jornalismo Humanizado - LGBTQAPN+

Publicado em 2017, o minimanual é introduzido com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da ONG *Transrespect* e do Grupo Gay da Bahia (GGB) sobre o atual cenário de preconceito contra pessoas da comunidade



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



LGBTQAPN+. Além disso, esclarece conceitos importantes, como identidade de gênero e orientação sexual, a fim de evitar seu uso incorreto.

Entre as principais orientações e dicas presentes no minimanual, estão:

Quadro 2. Minimanual de Jornalismo Humanizado - LGBTQAPN+

Categorias	Recomendações	Práticas criticadas
Nomenclaturas	Sempre utilizar “estupro corretivo” com aspas.	O uso do termo sem aspas pode acarretar, de certa forma, na legitimidade do crime.
Protagonismo narrativo	Priorizar e acolher vítimas no lugar de dar destaque às falas e justificativas do agressor.	Coberturas que dão visibilidade ao agressor.
Linguagem e eufemismos	Ter cuidado com as palavras utilizadas em manchetes; mesmo que seja a fala de alguém, palavras como 'bicha', 'sapatão' não devem ser utilizadas em destaque sem contexto ou crítica.	Reprodução acrítica de termos pejorativos.

Fonte: dados da pesquisa

Todas as sessões do manual apresentam uma breve contextualização de quais são os erros mais persistentes em coberturas jornalísticas relacionadas à comunidade LGBTQAPN+, apontando o porquê de sua problemática e dando exemplos de coberturas éticas a serem seguidas.

3.1.3. Minimanual do Jornalismo Humanizado - Aborto



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



Também publicado em 2017, o minimanual sobre aborto do Think Olga é o mais completo entre os materiais recolhidos da instituição. Na introdução, apresenta o papel do jornalismo na descriminalização e quebra de tabus a respeito do aborto, orientando a visibilidade aos serviços de saúde disponíveis e a busca por fontes que falem do assunto de um ponto de vista humanizado, além de contextualizar o cenário do aborto no Brasil, reforçando que esta é uma decisão reprodutiva central à vida das mulheres. Nesse sentido, reforça a importância de que comunicadores consigam se aproximar dessa população de maneira humana, sem reproduzir ecos à criminalização, ao preconceito e à tortura psicológica.

Em relação às orientações para o uso de termos, imagens e enquadramentos, destacamos:

Quadro 3. Minimanual de Jornalismo Humanizado - Aborto

Categorias	Recomendações	Práticas criticadas
Nomenclaturas	Não utilizar o termo 'mãe' para mulheres grávidas ou que abortaram. Utilizar "embrião" ou "feto" em vez de bebê.	Uso de "mãe" e "bebê" para descrever gestações interrompidas.
Protagonismo narrativo	Em casos de médicos que denunciam abortos, é mais importante dar visibilidade ao médico que infringiu o sigilo médico que à pessoa que abortou.	Muitos conteúdos jornalísticos que denunciam casos de aborto focam nos motivos que levaram a mulher a abortar, e não na ilegalidade do ato.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

APOIO



<p>Linguagem e eufemismos</p>	<p>Evidenciar que o que causou morte, sofrimento ou perda de vidas foi o fato do aborto ter sido feito na clandestinidade, não a decisão da mulher.</p>	<p>Uso de sentimentalismo, que tira o enfoque da ilegalidade do aborto e propagação de informações equivocadas.</p>
<p>Imagens</p>	<p>Não utilizar imagens de mulheres com uma barriga grande, já que não são essas mulheres que abortam. Não utilizar imagens de bebês. Priorizar imagens que demonstrem acolhimento.</p>	<p>Imagens de fetos ou bebês que distorcem a realidade do aborto (geralmente no primeiro trimestre).</p>
<p>Fontes e vozes</p>	<p>Priorizar fontes confiáveis de dados e especialistas sobre o aborto.</p>	<p>Falta de diversidade de fontes, repetição das mesmas vozes.</p>
<p>Enquadramento</p>	<p>Priorizar o papel do jornalismo na descriminalização e quebra de tabus. Sempre oferecer contextualização sobre a criminalização e dados.</p>	<p>Tratamento do aborto apenas como crime, sem contextualização sobre direitos e saúde pública.</p>

Fonte: dados da pesquisa



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

APOIO



O manual se apresenta como um material completo e muito útil para a cobertura ética e humanizada em casos de aborto, orientando o enquadramento voltado para a informação sobre direitos sexuais, políticas públicas, discussões sobre vulnerabilidade socioeconômicas e um protagonismo narrativo que dê voz às mulheres e pessoas que abortam, não à criminalização do ato e à perpetuação de sua clandestinidade.

3.2. Instituto Patrícia Galvão

Consolidado como referência nacional na produção de pesquisas, monitoramento da cobertura jornalística e elaboração de materiais formativos voltados a profissionais da comunicação, o Instituto Patrícia Galvão constrói guias com o objetivo de qualificar o debate público sobre questões como violência de gênero, saúde sexual e reprodutiva e representação feminina na mídia.

Devido à densidade e extensão do conteúdo, apenas um guia do Instituto Patrícia Galvão foi analisado, a fim de pontuar suas principais contribuições de forma aprofundada. O guia, entretanto, desvela-se em dois temas: direito ao aborto em casos de estupro e saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

3.2.1. A pauta é... Direito ao aborto em caso de estupro

Em comparação aos minimanuais do Think Olga, o guia do Instituto Patrícia Galvão (2022) apresenta uma maior quantidade de dados, utilizando recursos imagéticos para torná-los mais atrativos ao leitor. Publicado em 2022, o guia reitera a abordagem da mídia como responsável por moldar a percepção pública, podendo tanto combater quanto reforçar estigmas e preconceitos. Nesse sentido, o papel dos



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



profissionais seria o de informar sobre direitos para derrubar barreiras que impedem o acesso das vítimas a eles.

Entre as sessões mais relevantes do guia, destacamos a comunicação na perspectiva do direito, cuja abordagem envolve um conjunto de direitos fundamentais: direitos humanos, direito à saúde, direitos sexuais, direitos reprodutivos e o direito a uma vida sem violência. Em outras sessões, o material apresenta dados importantes sobre casos de estupro no país, contextualizando o cenário em âmbito nacional de maneira realista.

Além disso, o guia exhibe uma série de indicações para que comunicadores estejam suficientemente preparados para uma cobertura ética nesses casos, como:

- Garantia de direitos pela vítima e casos previstos em lei;
- Diferenças entre aborto inseguro de aborto medicamentoso;
- Barreiras para o acesso ao aborto: desinformação e barreiras institucionais;
- Dicas para obter dados, fontes e personagens: ensina como usar o TabNet/DataSus e a Lei de Acesso à Informação (LAI) para obter dados específicos do Ministério da Saúde.

Em relação ao uso de termos, imagens e enquadramentos, as principais indicações estão sintetizadas na tabela abaixo:

Quadro 4. Guia A pauta é...Direito ao aborto em caso de estupro

Categorias	Recomendações	Práticas criticadas
Nomenclaturas	Não utilizar expressões como “perdeu a cabeça” ou “estava fora de si”. Não utilizar “abortar uma criança”, “criança não nascida”.	Utilizar alguns destes termos pode legitimar ou justificar crimes. O uso dos termos “bebê” ou “criança” não é correto.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

APOIO



Protagonismo narrativo	A abordagem deve ser centrada na vítima, humanizando-a e mostrando a diversidade de contextos em que a violência sexual ocorre (dentro de casa, em festas, no casamento).	Coberturas que revitimizam ao expor a vítima
Linguagem e eufemismos	Utilizar “interromper a gravidez”, “feto/embrião”. Em vez de expressões como “o aborto é ilegal”, preferir “é direito previsto por lei em casos de...”	Uso de “bebê” ou “criança não nascida” para se referir ao feto; uso de “pró-vida” e “pró-aborto” como rótulos.
Imagens	Evitar imagens que podem reforçar estereótipos. Preferir fotos neutras.	Imagens que sexualizam a vítima ou provocam julgamento moral.

Fonte: dados da pesquisa

3.2.2. A pauta é... Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: um guia para compreender e comunicar melhor



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO

APOIO



De forma semelhante ao tópico anterior, o guia sobre saúde sexual e reprodutiva das mulheres também apresenta uma gama interessante de dados e informações sobre o assunto através de infográficos, boxes chamativos e outros recursos imagéticos, como uma linha do tempo, que tornam o panorama atual mais atrativo e facilmente compreensível para o leitor.

O guia conceitualiza direitos sexuais, direitos reprodutivos, gravidez e outros conceitos fundamentais. Por ser um tema muito próximo ao da primeira seção do guia, muitas indicações e orientações sobre cobertura, uso de imagens, expressões e enquadramentos se repetem, motivo pelo qual optamos por ressaltar apenas informações adicionais presentes neste tópico.

O dossiê identifica que os principais obstáculos enfrentados pelos profissionais de imprensa ao cobrir pautas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva é a complexidade do tema, que envolve termos médicos e legais de difícil tradução para o público leigo, além, é claro, do estigma e preconceito atribuídos ao assunto. Além disso, a falta de dados atualizados e a escassa diversidade de fontes qualificadas permanece como uma lacuna importante a ser preenchida. O guia orienta no uso do TabNet/DataSus para extrair números brutos sobre procedimentos pós-aborto (curetagem e Aspiração Manual Intrauterina) e atendimentos a vítimas de violência sexual, além de oferecer um minitutorial passo a passo com os códigos dos procedimentos, mostrando como gerar tabelas por região e período. O uso da LAI para solicitar dados mais específicos ao Ministério da Saúde também é recomendado.

Outra questão relatada pelos profissionais é a dificuldade em relação aos personagens, principalmente para realizar uma cobertura que não os exponha ou viole sua privacidade. Em relação a isso, o dossiê orienta a nunca procurar vítimas em delegacias ou hospitais, mas em organizações de apoio e grupos em redes sociais que acolhem essas mulheres, sempre garantindo seu anonimato. Entretanto, os recursos técnicos utilizados para garantir sua privacidade (barrar o rosto, distorcer a voz)



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

APOIO



devem ser usados com cuidado para não associar a vítima à figura de uma criminoso. Profissionais de saúde também podem atuar como “porta-vozes”, relatando casos de forma genérica e sem quebrar o sigilo.

A utilização das mesmas fontes também é pontuada, indicando a necessidade de buscar especialistas de diferentes áreas (saúde, direito, assistência social) e de todas as regiões do país.

Em relação ao uso de termos e nomenclaturas, é importante dar credibilidade a vítima, substituindo, por exemplo, “mulher diz que foi estuprada” por “mulher denuncia estupro”. Além disso, é importante distinguir “falso” de “infundado”, isto é, explicar que um inquérito sem provas não significa, necessariamente, que a denúncia seja falsa.

3.3. Discussão

Os minimanuais e os guias selecionados apresentam ferramentas que buscam amenizar os efeitos da representação deficiente de mulheres e meninas na mídia, sobretudo em relação ao uso de termos e imagens. Retomando a ideia de que a linguagem contribui para a construção de significados compartilhados socialmente, concebida por Hall (2016), é possível estabelecer um diálogo com a pesquisadora de cultura, mídia e gênero, Tuchman (2009), que acredita que a noticiabilidade, como produto de negociações, legitima instituições sociais e relações de poder já instituídos. Para a autora, os meios de comunicação executam uma “aniquilação simbólica”:

Ao procurarem ganhar mais audiência, os *mass media* norte-americanos subrepresentam as mulheres (ou seja, omitem-nas do discurso público), trivializam as suas atividades (será que a nova Secretária de Estado tem um novo penteado?) e condenam-nas (como imbecis ou meros objetos sexuais). Como indica “o modelo de transmissão”, e uma vez que os *media* têm um impacto nas pessoas que os utilizam, a aniquilação simbólica limita as



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

APOIO



possibilidades inerentes às vidas das mulheres, o que, provavelmente, desencoraja algumas mulheres de alargar os seus horizontes, ao mesmo tempo que encoraja outras, e também homens, a adoptar visões estereotipadas do potencial individual e coletivo das mulheres (TUCHMAN, 2009, p. 16).

Nesse sentido, o material recolhido sugere formas práticas e cotidianas a serem adotadas por jornalistas e comunicadores em geral, a fim de amenizar a sub-representação de mulheres na mídia, a construção e consolidação de estereótipos, culpabilização de vítimas e outras problemáticas recorrentes em veículos de comunicação. As recomendações presentes nos manuais contribuem, de certa forma, para a minimização da aniquilação simbólica proposta por Tuchman (2009) em diferentes dimensões. Ao sugerir que, por exemplo, o termo “estupro” não seja substituído por termos como “relações amorosas”, os manuais contribuem para a criminalização do ato e visibilidade social da violência, e não para a construção da ideia de consentimento de uma vítima de abuso.

As recomendações de protagonismo narrativo serem centradas na figura da vítima, em casos de abusos, agressões e na cobertura de casos de aborto por estupro, também buscam desafiar e dismantlar a violência simbólica perpetrada por muitos veículos. Para Bourdieu (1997, p. 204), a violência simbólica é:

toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural.

Ao não justificar crimes com expressões como “perdeu a cabeça”, “em uma onda de ciúmes”, e nomear os crimes, sem justificá-los discursivamente, a violência contra a mulher passa a ser tida como um problema estrutural e social, e não como um processo natural. Assim, o protagonismo feminino na construção narrativa midiática é entendido como um ponto central para uma representação mais equitativa, ética e justa.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



Entretanto, frente aos últimos dados de levantamentos do GMMP, esta é uma realidade longínqua e remota. Ao questionar as estruturas de poder que mantêm determinadas figuras silenciadas, Spivak (2014) aponta que a fala subalterna é recorrentemente apagada e distorcida em detrimento do discurso patriarcal e colonial. Isso se reflete na proporção de mulheres que assinam a autoria de matérias jornalísticas; em 2025, a quantidade foi de 41% (GMMP, 2025). Apesar dos números representarem um salto se comparados aos dados de 1995 (apenas 28% das matérias foram assinadas por mulheres), essa mudança não representa uma mudança estrutural em relação à representatividade feminina. Em 2025, apenas 2% das notícias desafiaram estereótipos de gênero, e apenas 8% abordaram desigualdades ou questões de igualdade (GMMP, 2025).

Nesse sentido, é notório que o avanço em questões de gênero na mídia caminha a passos lentos para uma representação justa e igualitária. Esse cenário torna-se ainda mais precário se pensarmos na interseccionalidade de gênero, isto é, na intersecção entre gênero e outros marcadores sociais, como raça, classe, sexualidade, idade e outros. Para Bell Hooks (2019), o processo de representação deve ser, além de questionado, modificado, através de um ato de resistência à dominação.

Uma vez que a descolonização como um processo político é sempre uma luta para nos definir internamente, e que vai além do ato de resistência à dominação, estamos sempre no processo de recordar o passado, mesmo enquanto criamos novas formas de imaginar e construir o futuro (Hooks, 2019, p. 37)

Em *Olhares Negros*, Bell Hooks problematiza a forma como a mulher negra é representada, propondo que novas formas de expressão surjam a partir de atos políticos. Entretanto, o atual cenário de representação na mídia pouco permite que questões raciais, de classe, de sexualidade e outros marcadores possam ser debatidos



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

APOIO



simultaneamente ao gênero, uma vez que este é estruturalmente silenciado, através de inúmeros recursos já apontados ao longo do trabalho.

Os manuais e guias propõem novas formas de cobrir questões de gênero a partir de uma lente ética e humanizada, resgatando valores jornalísticos pautados no comprometimento com o debate público, listando fontes e vozes múltiplas e confiáveis e, sobretudo, capacitando jornalistas e comunicadores com ferramentas acessíveis. O material desafia normas já estabelecidas na redação de matérias jornalísticas e publicitárias, e propõe novas formas de representação que abarquem a questão de gênero de maneira justa.

Entretanto, diante do cenário anteriormente exposto, o material parece insuficiente para solucionar lacunas na cobertura de gênero pela mídia, sendo um pilar essencial para a construção de um futuro igualitário, mas não o único. Mudanças estruturais no fazer jornalístico e na cobertura midiática são necessárias para uma representação de gênero que abarque eticamente questões sociais, de raça, classe, idade, sexualidade e outros marcadores sociais.

4. Considerações Finais

A análise dos manuais e guias produzidos pelo Think Olga e pelo Instituto Patrícia Galvão revelou que essas organizações oferecem contribuições significativas para a qualificação da cobertura jornalística sobre violência de gênero, ao proporem caminhos concretos para a desconstrução de estereótipos, a nomeação adequada de crimes e o protagonismo narrativo centrado nas vítimas. As recomendações alinham-se às perspectivas teóricas de Hall (2016) e Tuchman (1978), ao reconhecerem a linguagem como central na produção de significados sociais e ao buscarem combater a aniquilação simbólica das mulheres na mídia por meio de práticas éticas e humanizadas.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



Entretanto, os dados do GMMP (2025) demonstram que a representação feminina na mídia global encontra-se estagnada desde 2010, com apenas 26% das notícias contando com mulheres como fontes ou personagens e somente 2% desafiando estereótipos de gênero. Esse cenário evidencia que, embora os materiais analisados representem um esforço necessário, eles são insuficientes para reverter um quadro estrutural de desigualdade que, como apontam Bourdieu (1997) e Spivak (2014), naturaliza a violência simbólica e silencia vozes subalternas.

Nesse sentido, os manuais e guias cumprem um papel fundamental ao propor novas formas de representação e capacitar jornalistas, mas devem ser compreendidos como parte de um esforço mais amplo que envolve políticas públicas, compromisso editorial e transformações nas estruturas de poder que organizam o fazer jornalístico. A interação entre mídia e sociedade civil pode contribuir para maior pluralismo e *accountability*, contudo, seus efeitos dependem de contextos políticos, culturais e institucionais específicos (Waisbord, 2009). A mudança sustentável na representação de gênero na mídia depende de ações articuladas que incidam sobre a formação profissional, as rotinas produtivas e a diversificação de fontes, incorporando perspectivas interseccionais que articulem gênero a outros marcadores sociais.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para a reflexão sobre o papel do jornalismo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, reafirmando que a representação de meninas e mulheres na mídia não é apenas uma questão técnica, mas uma pauta política central para o fortalecimento da democracia e a garantia dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Meditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1997.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



GMMP. **Global Media Monitoring Project (GMMP) 2025: Global Report**. Toronto: WACC, 2025. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2025/12/GMMP2025-GlobalReport.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2026.

GMMP. **Global Media Monitoring Project 2025: Brasil National Report, 2026**. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2026/02/GMMP2025-RelatorioNacional-Brasil.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2026.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HOOKS, Bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **A pauta é saúde sexual e reprodutiva das mulheres**: um guia para compreender e comunicar melhor. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão; Brasília, DF: UNFPA, 2022. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/guia_ssr_web.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

THINK OLGA. **Minimanual do do Jornalismo Humanizado**: Violência contra a mulher. 2016. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_I_Violencia_Contra_Mulher.pdf. Acesso em: 25 fev. 2026.

TUCHMAN, Gaye. Media, gênero, nichos. In: **Revista Media & Jornalismo** 'Gênero, Media e Espaço Público', v. 15, n.8, p. 15-24, 2009.

WAISBORD, Silvio. A sociedade civil pode mudar o jornalismo? **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 5, n. 2, 2009. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/192>. Acesso em: 14 mar. 2026.